

As vicissitudes da constituição subjetiva de uma criança surda

Este trabalho, fruto de uma pesquisa de pós-doutorado, tem como objetivo analisar as singularidades da constituição subjetiva da criança surda filha de pais ouvintes. Ao utilizar no título o termo “uma criança surda” me refiro não à unidade numérica, mas à singularidade do processo de subjetivação, que jamais é repetível. Para a pesquisa, as experiências vivenciadas de 6 crianças são tematizadas, através dos relatos de seus pais e mães ouvintes. Nestes casos, parece haver um embargo na construção dos laços simbólicos, uma vez que a língua que circula no ambiente familiar não é sensorialmente acessível ao bebê. Trata-se de crianças com surdez profunda que nasceram surdas ou se tornaram surdas antes da aquisição da linguagem oral.

Para a psicanálise, o sujeito nasce a partir de sua inserção no simbólico. Cada um de nós, em nossa constituição como sujeito, “nos agarramos, nos ‘alienamos’ no sentido que o outro nos oferece, fora do qual nenhum caminho poderia ser trilhado” (VOLTOLINI, 2019, p. 375). Fora da linguagem, do sentido que o outro nos oferece, não existe um sujeito. É preciso que o bebê seja inicialmente falado pelo outro, para depois entrar, ele mesmo, na cadeia significante, e se apropriar de uma língua, como afirma Mannoni é “a entrada na cadeia significante que converte a criança em sujeito” (MANNONI, 1977, p. 45). Nesse processo de tornar-se sujeito, a linguagem tem papel fundamental. A princípio, as necessidades da criança são nomeadas pela mãe ou pelo adulto tutelar que atribuem sentido às suas demandas. Neste sentido, a linguagem do adulto tem um papel humanizador para as crianças que chegam ao mundo. A mãe vai nomeando para seu bebê suas necessidades: ela imagina, descreve, dá sentido ao choro, ao balbucio, aos movimentos, tudo é vertido em palavras pela mãe ou por quem exerce a função materna. “Isto quer dizer que isso que se faz com o bebê, de colocá-lo numa série significante, é produto de uma série de interpretações” (JERUSALINSKY, 2021, p. 55). A constituição subjetiva é, portanto, histórica e languageira.

Para compreender as singularidades da constituição subjetiva da criança surda, elegi três aspectos ou três momentos da vida desta criança para analisar: O primeiro aspecto é o impacto que o diagnóstico da surdez causa na vida dos pais ouvintes; o segundo é a impossibilidade de acesso pela criança à língua dos pais e o terceiro é o processo de inserção em uma língua significativa.

1. O impacto do diagnóstico da surdez

A descoberta da surdez deixa marcas que podem impactar a relação criança surda e família ouvinte. Os pais vivem um luto diante do nascimento da criança, uma vez que o bebê idealizado não corresponde à criança real que vem ao mundo. “A malformação do filho real faz reavivar seus conflitos e dificulta a elaboração gradual dos mesmos. A impossibilidade de realizar seus desejos, sonhos e fantasias traz uma grande frustração” (MARQUES, 1995, p. 122).

Por não conseguir se identificar com o bebê, por não se ver espelhado nele, o processo de subjetivação pode sofrer consequências. Ao receber o diagnóstico da surdez, os pais podem vivenciar um impacto narcísico. Podem sentir rejeição pelo filho, angústia, medo, vergonha, solidão, sensação de fracasso e incertezas, uma vez que esse bebê difere do idealizado. “A criança surda não consegue ocupar o lugar que seus pais (se os pais forem ouvintes) imaginavam que ela ocuparia” (BISOL e SPERB, 2010, p. 10).

No caso da surdez, a promessa de uma normalização pela cirurgia do implante coclear apazigua momentaneamente a angústia dos pais. A tentativa de “consertar o ouvido” da criança é uma busca dos pais de tornar a criança igual a si.

2. A impossibilidade de acesso à língua dos pais

Na relação das crianças surdas filhas de pais ouvintes ocorre um impasse: os pais não conseguem transmitir aos seus filhos a sua língua oral, uma vez que esta não pode ser acessada naturalmente pela criança. Também não podem lhe transmitir uma língua gestual, porque a desconhecem. Muitos pais esperam que o implante coclear resolva esta questão, mas, quando ocorre o fracasso na oralização da criança, há uma nova frustração. A situação vivenciada na relação de pais ouvintes com seus surdos não é problemática em decorrência apenas do impacto narcísico do diagnóstico da surdez, pela experiência de desmoronamento do filho idealizado, é mais do que isso, é a impossibilidade de dar a ele a língua materna como legado.

Na ausência de uma língua oral ou sinalizada para se comunicar com seus filhos, é comum que se criem gestos para as situações emergenciais, os quais são denominados de “sinais caseiros”. Os sinais caseiros são usados, principalmente, para comunicação de atos necessários à sobrevivência da criança, como: comer, beber, dormir, além do gesto de “não” nos quais os pais buscam prevenir a criança de uma situação perigosa.

Embora sirvam para essas situações, os sinais caseiros não permitem à criança dizer sobre si, falar sobre seus sentimentos, dores, angústias e alegrias. Não permitem que ela fale sobre fatos passados ou futuros ou nada que não esteja no campo visual. Por este

motivo, estes sinais só permitem uma inserção precária no simbólico, o que podemos chamar de um “deserto simbólico”.

3. A inserção em uma língua significativa

De fato, por haver uma impossibilidade de lhe transmitir a língua materna, a saída possível, que alguns pais buscam após a oralização ter falhado ou se mostrar pouco eficiente, é uma inversão da ordem natural das coisas: como os pais não podem legar aos filhos sua língua, buscam outros adultos educadores que possam assumir essa função.

Aquilo que é natural nas crianças ouvintes, transmitido geracionalmente, precisa, no caso da criança surda, ser artificializado, seja qual for a escolha da família. Quando optam pela oralização da criança, há a intermediação do fonoaudiólogo que ensina à mãe como falar com seu filho, através de exercícios articulatórios. Nestes casos, segundo Virole e Ibad-Ramos (2003), pode ocorrer “uma perda do sentimento natural da mãe tomadas em representações reeducativas da surdez ou pelo excesso restaurador” (p. 7). Quando optam pela inserção da criança na língua de sinais, é o professor de Libras que ensina à mãe como falar com seu filho em sinais. Nenhuma dessas escolhas se assemelha, nem de perto, a uma transmissão natural de língua.

4. A pesquisa empírica: um estudo de caso

Para evidenciar as singularidades da constituição subjetiva da criança surda, realizei um estudo de caso com famílias cuja configuração é de pais ouvintes e filhos surdos profundos. Para esse estudo de caso, entrevistei 6 famílias. Foram selecionadas famílias que se enquadrassem nos critérios desta pesquisa: 1. Pais ouvintes e filhos surdos profundos. 2. Crianças surdas que não desenvolveram (ou desenvolveram pouco) a oralidade, com ou sem implante coclear. 3. Crianças que usam a Libras como principal forma de comunicação. Foram realizadas entrevistas com pais ouvintes de crianças surdas com surdez profunda, que estudam escolas bilíngues. As escolas bilíngues são aquelas em que a língua de sinais é a língua de instrução e de interação.

5. Resultados:

A partir da perspectiva psicanalítica, foi possível destacar aspectos singulares na constituição da criança surda filha de pais ouvintes. O ponto fundamental foi que, apesar de em um momento inicial ocorrer uma precariedade linguística na relação dos pais com seus filhos, as expressões faciais, o toque no corpo da criança e os sinais caseiros

assumem a função de elo comunicativo, permitindo a inserção da criança no simbólico. Por outro lado, a ausência de um nome que cole à criança como sua designação a partir da língua oral dos pais, bem como a insuficiência de significantes para nomear os acontecimentos e os afetos promovem manifestações no corpo da criança que podem ser compreendidas como uma inquietação pulsional.

Em todos os casos, as entrevistas evidenciaram que:

- a. A inserção da criança no simbólico é feita de modo precário, com poucos recursos simbólicos.
- b. É possível aos pais comunicar com a criança somente sobre as necessidades básicas e sobre o contexto presente, não é possível à criança dizer-se, dizer sobre seus sentimentos, sobre si mesma.
- c. O nome da criança não se cola a ela, uma vez que nem sempre ela percebe a voz ou os movimentos labiais dos pais como sua designação.
- d. A impossibilidade de dizer-se, simbolizar seu desejo, promove um desordenamento pulsional, que produzem manifestações como gritar, se jogar no chão, arranhar, bater.
- e. A decisão dos pais pela inserção da criança na língua de sinais, em muito pouco tempo promove um apaziguamento da criança, não só porque a comunicação se tornou possível, mas porque a criança pode dizer-se. Ela recebe um nome com o qual se identifica e todas pessoas e sentimentos podem ser nomeados.
- f. A decisão pela língua de sinais dá, também, um apaziguamento dos pais que se sentem confiantes para exercer a função parental. Resgate narcísico dos pais em relação à criança.

Considerações Finais:

Esta pesquisa evidenciou que há especificidades na constituição subjetiva da criança surda, uma vez que os poucos sinais que a família cria para se comunicar permitem expressar apenas fatos no momento presente ou indicar objetos visíveis ao campo perceptual. Desse modo, a criança surda não consegue dizer sobre o passado ou sobre assuntos abstratos. Além do mais, ela não pode dizer-se, falar dos seus desejos ou suas angústias.

Todos os pais e mães entrevistados relataram as dificuldades deste momento e que a opção pela matrícula da criança em uma escola bilíngue permitiu a inserção da criança em uma língua significativa e plena, uma vez que também eles, pais, aprenderam a língua

de sinais. Este fato confirmou neles sua função parental, garantindo o apaziguamento da ferida narcísica e permitindo a comunicação no ambiente familiar.

Referências Bibliográficas:

BISOL, C.; SPERB, T. M. Discursos sobre a Surdez:: Deficiência, Diferença, Singularidade e Construção de Sentido. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, [S. l.], v. 26, n. 1, p. 7, 2010. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/revistapt/article/view/17454>. Acesso em: 11 jan. 2022.

JERUSALINSKY, A. **Psicanálise e desenvolvimento infantil**: Um enfoque transdisciplinar. Trad. De Diana Myriam Lichtenstein etalii. 7ª ed. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2021.

MANNONI, Maud, **A primeira entrevista em psicanálise**. Tradução de Roberto Cortes de Lacerda. Rio de Janeiro: Campos, 1982.

MARQUES, Luciana Pacheco. O filho sonhado e o filho real. **Revista brasileira de Educação Especial**. Piracicaba, v. 2, p. 121-125, 1995.

VIROLE, B. e IBAD-RAMOS, M. **Psiquiatria da criança e do adolescente surdo**: 20 anos de clínica. Disponível no site: <https://pagesperso-orange.fr/psychopathoDA.pdf>

VOLTOLINI, R. Uma pedagogia esquecida do amor. **ETD - Educação Temática Digital** Campinas, SP v.21 n.2 p. 363-381 abr./jun.2019